



**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS USUÁRIOS DO CAPS AD SOBRE O
PARADIGMA PROIBICIONISTA DE ABORDAGEM ÀS DROGAS**

Janderson Carneiro de Oliveira¹
Williane de Fátima Vieira Batista²
Luci Mara Bertoni³

INTRODUÇÃO

Este trabalho, ao abordar um tema em voga e contemporâneo, que é a questão das drogas, apresenta como objetivo analisar as representações sociais dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD) sobre o modelo proibicionista de abordagem às drogas. Esse modelomarcou decisivamente o entendimento de substâncias psicoativas quando estabeleceu os limites para o uso de drogas lícitas e ilícitas. Desse modo, “embora sempre tenha existido, em todas as sociedades, mecanismos de regulamentação social do consumo das drogas, até o início do século XX não existia o proibicionismo legal e institucional internacional”, como nos esclarece Carneiro (2002, p.02). É este paradigma proibicionista institucionalizado que move esta pesquisa. Justifica-se a escolha da abordagem por estarmos diante de um modelo crescente, mas que, no entanto, não diminui o consumo das drogas ilícitas, ao contrário, cresce junto com ele. Isto, para Carneiro (2002), se dá pelo fato do mecanismo proibicionista criar alta demanda de investimentos em busca de lucros.

A fim de compreendermos melhor este fenômeno, optamos pelos aportes da Teoria das Representações Sociais (TRS), postulada por Serge Moscovici (2013) que constitui um instrumento de estudo particularmente importante nas relações em que os aspectos simbólicos são determinantes das condutas, práticas e dos comportamentos. Além disso, o que Moscovici (2012) define por representações sociais se configuram como “entidades

1 Mestrando em Memória: Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: jandapj@hotmail.com

2 Mestranda em Memória: Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: williane.vieira@ifma.edu.br

3 Professora Titular do DFCH da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). Líder do grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Políticas, Álcool e Drogas (GePAD/MP/UESB). Endereço eletrônico: profaluci@uesb.edu.br



quase tangíveis” (p. 39), circulando e se cristalizando por meio dos elementos do universo consensual, ou seja, as falas, os encontros e as interações cotidianas. As representações sociais, consoante Moscovici (2013), se originam a partir de dois processos, que ocorrem simultaneamente: ancoragem e objetivação. O primeiro é responsável pelo processo de classificação e categorização de algo, ao passo que o segundo transforma o abstrato em algo concreto, ou seja, materializa elementos do universo reificado em imagens do conhecimento consensual. Assim, as representações sociais emergem das dimensões culturais e históricas, que nos levam a descobrir as atividades representativas dos sujeitos que partilham as mesmas experiências sociais.

METODOLOGIA

O delineamento dessa pesquisa se configura de natureza qualitativa, de acordo com Minayo e Sanches (1993) se afirma no campo da subjetividade e do simbolismo, se caracterizando por valorizar uma aproximação de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos compartilham a mesma natureza. A pesquisa foi realizada em uma unidade do CAPS AD, do tipo III. Esse dispositivo de saúde mental consiste em um serviço que oferece atendimento à população usuária de álcool e outras drogas, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social pelo fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os critérios de inclusão amostral utilizados nessa pesquisa preocupou em selecionar 22 usuários do CAPS AD III, sendo estes acompanhados pelo serviço por um período mínimo de 03 meses, o que nem sempre foi possível devido a própria dinâmica e funcionamento desse dispositivo.

As técnicas de coleta de dados utilizadas consistem na realização de três grupos focais, com uma população diferente em cada grupo, bem como a aplicação de um questionário sociodemográfico para cada usuário do serviço que participou de um dos grupos realizados. Os grupos focais foram gravados com um recurso de captação de áudio e em seguida transcritos.

A análise dos dados foi realizada à luz dos pressupostos teóricos da Análise de Conteúdo, do tipo temática, de Laurence Bardin (1977). Esse método analítico consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 1977). Assim, os dados foram submetidos a cinco etapas: 1) Preparação dos dados; 2) Unitarização,



isto é, transformar os dados em unidades de análise; 3) Categorização, ou seja, reunir as unidades de análise em comum *docorpus* dos dados; 4) Descrição, que é o momento da apresentação dos resultados de quais categorias foram encontradas e 5) Interpretação, em que se compreende a emergência de determinadas categorias. Além disso, utilizou-se como ferramenta de suporte à análise de conteúdo o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

RESULTADO E DISCUSSÃO

O questionário sociodemográfico permitiu observar que trata-se de uma população com 22 pessoas com as seguintes características: **a) Sexo:** 20 do sexo masculino e 02 do sexo feminino; **b) Faixa etária:** entre 37 a 59 anos: 15 usuários; igual ou superior a 60 anos: 07 sujeitos; **c) Escolaridade:** Fundamental Incompleto: 09 usuários; Fundamental Completo: 06; Médio Incompleto: 01; Médio Completo: 02; Superior Completo: 01 e nunca frequentou escola: 03 usuários.

Após a transcrição e análise de conteúdo dos grupos focais obteve-se a emergência de três categorias: 1) Distinções entre os diversos tipos de drogas; 2) As drogas como potencializadores de prejuízos sociais e afetivos; 3) Proibir: uma solução possível? Nesse trabalho ressaltamos essa última categoria, o que de modo algum, minimiza a relevância das demais categorias.

Distinções entre os diversos tipos de drogas

De acordo com Lapate (2001), não existe legalmente uma classificação que caracterize as drogas como leves ou pesadas. O que se percebe são diferentes tipos de usos de drogas, passando por uso leve ou pesado de qualquer substância psicoativa, bem como uma classificação de drogas como lícitas ou ilícitas. Isso, no entanto, não significa dizer que uma substância psicoativa por ser considerada legal apresenta baixo potencial ofensivo ou, que por transitar pelas vias da ilegalidade sejam consideradas com alto grau de periculosidade. “Acho que a pior droga que existe é o *crack*. A pior. A pior que existe” (Participante 02); “É o CC: cadeia ou caixão (Participante 01); “O álcool e cigarro é droga. Só que é chamada droga



legalizada, né?” (Participante 03).

As drogas como potencializadoras de prejuízos sociais e afetivos

Para Lorencini Júnior (1998), a problemática das drogas, a exemplo de outros problemas sociais, pode ser pensado a partir de uma relação causa e efeito, tanto em seu aspecto individual do uso e abuso de substância psicoativa, como também pode ser abordado numa dimensão coletiva, gerando, assim, conflitos sociais e prejuízos afetivos. “Perdi o casamento, perdi tudo. Até emprego. Perdi tudo. Concurso que eu fiz cortaram, por causa de presepada” (Participante 05). “Eu perdi meu filho. Até hoje eu sem achar por causa da droga” (Participante 03).

Proibir: uma solução possível?

É notório que as drogas, na condição de problema social recentemente instituído e muito bem datado (VARGAS, 1998), são abordadas corriqueiramente em inúmeros meios de comunicação (TV, rádio, *internet.*), o que sem dúvidas consolida uma determinada concepção sobre as drogas e suas possíveis abordagens. Assim, percebe-se que a proibição se constitui de forma cristalizada como uma possibilidade de resolução para a questão das drogas. “O exército brasileiro que tem trezentos mil homens. Esses caras ficam dentro dos quartéis sem fazer nada, pega esses caras põem nessas divisas, nesses limites com os países aí, pra tu ver se droga vai entrar fácil” (Participante 07).

Não obstante o predomínio da lógica proibicionista ao se abordar a questão das drogas, percebe-se argumentos favoráveis a legalização da maconha para fins terapêuticos/medicinais, o que não deixa de ratificar a ideia de que a proibição consiste como via principal de abordagem a problemática do uso/distribuição das drogas, uma vez que autoriza o discurso médico como determinante no que deve ou não ser concebido como droga. “Mas, a maconha diz que serve de remédio, né? Em pequena quantidade ela é medicinal” (Participante 08); “A *Cannabis*, em certos países, funciona como remédio” (Participante 04); “Pra remédio tudo bem. Não vou dizer nada. Medicação” (Participante 05).



Nesse sentido, evidencia-se o proibicionismo como um viés verticalizado e unilateral para se pensar a problemática das drogas, desconsiderando determinantes sociais, econômicos, políticos e até mesmo individuais, visto que a proibição para alguns usuários de substâncias psicoativas, pode ser mais danoso que o próprio uso de drogas, ao se pensar, por exemplo, que os sujeitos podem responder de diversos modos distintos modelos de abordagem às drogas.

CONCLUSÃO

Os resultados aqui apresentados mostram que ao analisar as representações sociais dos sujeitos acerca do modelo proibicionista sobre as drogas, há um predomínio a favor deste paradigma, seja pela distinção equivocada que fazem sobre drogas lícitas como pouco ofensiva, e drogas ilícitas como perigosas; seja pela consciência de que o consumo de drogas traz consigo um conjunto de danos, e até mesmo pelas graves consequências sociais e comportamentais, bem como a deterioração dos laços afetivos e sociais.

Ao analisar as representações sociais dos usuários do CAPS AD acerca do proibicionismo de abordagem às drogas, este trabalho denota que os sujeitos ratificam a ideia de que a proibição se configura como condição necessária para o enfrentamento da questão das drogas, e não são apresentadas outras vias para se abordar o problema. Percebe-se, assim, que as representações sociais desses usuários se sustentam na estratégia de combate e “guerra às drogas” como norteadora como uma possível solução para a problemática da distribuição, uso e abuso de drogas.

Destarte, o modelo proibicionista se solidificou de tal forma, que os usuários de substâncias psicoativas, não enxergam outras possibilidades para discutir as questões das drogas, mesmo inseridos em um dispositivo de saúde, que amplia o leque de produção de cuidado no contexto de álcool e outras drogas.

Palavras-chave: Drogas. Proibicionismo. Representações Sociais.

REFERÊNCIAS



BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**. IES, São Paulo, v. 6, p. 115-128, 2002. Disponível em:

<http://www.neip.info/downloads/t_hen2.pdf> Acesso em: 31 de março, 2017.

LAPATE, Wagner. **Hora zero**: a independência das drogas antes que os problemas cheguem. São Paulo: Scortecci, 2001.

LORENCINI JÚNIOR, Álvaro. Enfoque contextual das drogas: aspectos biológicos, culturais e educacionais. In: Aquino, JulioGroppa. **Drogas na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus. 1998.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, v.9, n.3, p. 237-248, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em 24 de março, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

VARGAS, Eduardo Viana. Os Corpos Intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais. In: DUARTE, Luiz Fernandes Dias; LEAL, Ondina Fachel. (Org.). **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.